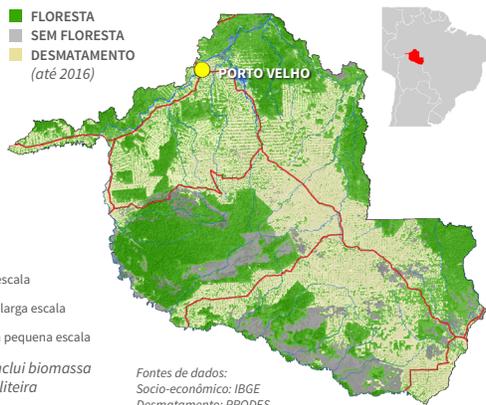




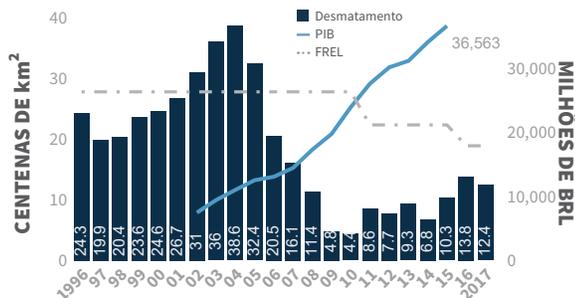
### DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXA EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- 1º estado a rever o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de forma a se alinhar ao novo Código Florestal Brasileiro
- Alto interesse em expandir e proteger as Unidades de Conservação (UCs) estaduais, especialmente sob a liderança da atual administração
- Políticas ambientais estaduais geralmente priorizam os impactos sociais e a biodiversidade em detrimento da redução de emissões
- Uso da terra para a produção de soja (principal cultura que contribui para a mudança no uso da terra) tem aumentado de forma constante em áreas anteriormente degradadas (mais de 20x desde 2000)
- Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES) desenvolvido com representantes de todas as agências do governo estadual assegura a participação e o alinhamento de todos os setores

<b>MOTORES DE DESMATAMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li> Pecuária bovina de pequena escala</li> <li> Extração ilegal de madeira de larga escala</li> <li> Extração ilegal de madeira em pequena escala</li> </ul>
<b>MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO</b>	42,73 Mt CO <sub>2</sub> (2010-2015) <i>Inclui biomassa aérea, biomassa subterrânea e liteira</i>
<b>ÁREA</b>	237.591 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	1.831.272 (2018)
<b>IDH</b>	69,00 (2010)
<b>PIB</b>	US\$ 10,03 bilhões (2015, Ano base 2010)
<b>GINI</b>	0,452 (2015)
<b>PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li> Serviços públicos</li> <li> Comércio</li> <li> Serviços</li> </ul>
<b>POPULAÇÃO RURAL/URBANA</b>	24%/76%



Fontes de dados: Socio-econômico: IBGE  
Desmatamento: PRODES



### DESTAQUE EM INOVAÇÃO

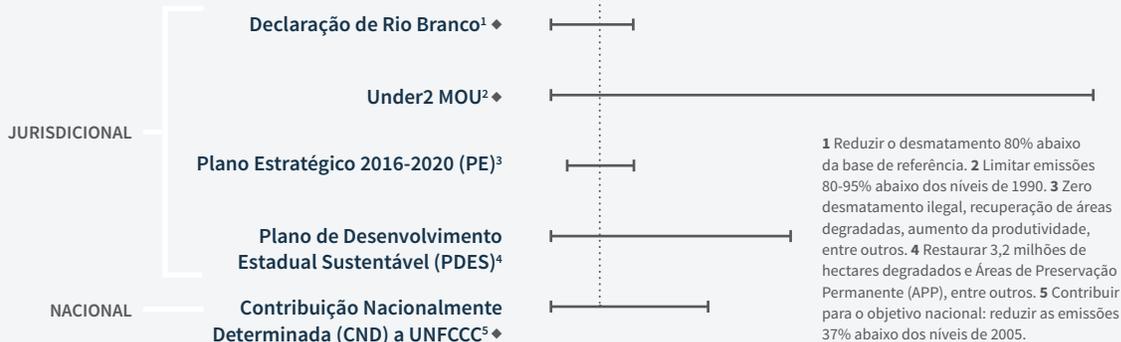
O Código Florestal (CF) brasileiro de 2012, aplicado nos estados através do uso de ferramentas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sistemas de ZEE, entra outras, visa proteger a vegetação nativa em assentamentos rurais e promover o desenvolvimento sustentável em todo o país. Cada estado deve atualizar seu ZEE em conformidade com o CF, e isso fortalecerá as regulamentações estaduais de uso da terra. **Rondônia é pioneiro na atualização de seu ZEE estadual de modo a se alinhar ao CF**, por meio do uso de uma abordagem multiatores através de workshops realizados em sete municípios do estado, os quais são considerados microrregiões estaduais, além de uma audiência pública. A revisão do ZEE de Rondônia cria 11 novas UCs (abrangendo 600.000 hectares), exemplificando dedicação aos esforços de conservação (no entanto, esse número ainda não é definitivo). Em Rondônia, o ZEE serve como orientação para todas

as políticas de desenvolvimento em nível estadual, incluindo o PDES, trabalhando em sinergia com o PDES para contribuir no alinhamento de setores potencialmente conflitantes dentro do governo estadual. Por exemplo, antes da aprovação, o estado exige que os orçamentos setoriais estejam em conformidade com o PDES, o qual consulta o ZEE para requisitos de zoneamento e proteção. Esse sistema garante que o mínimo de conflitos ocorra entre, por exemplo, setores da agricultura e do meio ambiente. Como as questões relacionadas ao alinhamento setorial têm sido uma barreira para o contínuo desenvolvimento e implementação de políticas de DRBE em Rondônia – como é o caso da PGSA –, esses requisitos visam desafios específicos relevantes no estado e são um indicativo positivo da continuidade segura dos programas de DRBE no futuro.

### LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES



### COMPROMISSOS



1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência. 2 Limitar emissões 80-95% abaixo dos níveis de 1990. 3 Zero desmatamento ilegal, recuperação de áreas degradadas, aumento da produtividade, entre outros. 4 Restaurar 3,2 milhões de hectares degradados e Áreas de Preservação Permanente (APP), entre outros. 5 Contribuir para o objetivo nacional: reduzir as emissões 37% abaixo dos níveis de 2005.

# INTERVENÇÕES-CHAVE ✕ DESINCENTIVOS 📊 MEDIDAS ESTRUTURANTES 🏆 INCENTIVOS



1 Secretaria de Estados de Finanças (SEFIN). 2 SEDAM. 3 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Fundo Amazônia. 4 Grupo de Trabalho Transitório da SEDAM. 5 Main Project activities of PDSEAI (ending 2018) will continue with financial support from Global Environmental Facility. 6 Banco da Amazônia (BASA), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). 7 Instituto Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). 8 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). 9 SEDAM, SEFIN, SEPOG, SEAE, SEAGRI e outras agências estaduais. 10 Ministério da Integração Nacional

## PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICIONAL

🟡 INCIPIENTE   🟠 INTERMEDIÁRIO   🟢 AVANÇADO

<b>Estratégia integrada de DRBE</b>	🟢	<ul style="list-style-type: none"> <li>ZEE e PDES orientam o planejamento e desenvolvimento jurisdicional</li> <li>PDSEAI consolida a legislação ambiental para avançar o DRBE jurisdicional; principais atividades do programa continuarão após o término do projeto (2018), com financiamento do GEF</li> </ul>
<b>Plano espacial</b>	🟡	<ul style="list-style-type: none"> <li>ZEE em processo de atualização consultiva para alinhar-se ao Código Florestal Brasileiro</li> <li>ZEE descreve alternativas sustentáveis para produção agrícola e manejo florestal, monitoramento e controle do meio ambiente, posse da terra e regularização; entretanto, o fiel cumprimento do ZEE é limitado</li> </ul>
<b>Metas de desempenho</b>	🟡	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento (PPCASD) inclui metas de aumento zero para desmatamento, proteção e gestão de territórios de Povos Indígenas, UCs e propriedades rurais</li> </ul>
<b>Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)</b>	🟡	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dados nacionais de desmatamento disponíveis publicamente (PRODES e DETER)</li> <li>Plataforma governamental (Agenda de Resultados Integrados - AGIR) monitora os resultados dos programas públicos estaduais e revisa as metas; dados geralmente internos</li> </ul>
<b>Políticas e incentivos</b>	🟡	<ul style="list-style-type: none"> <li>PPCASD sob revisão para identificar resultados e promulgar novo plano</li> <li>Política de Governança Climática e Serviços Ambientais (PGSA) propõe um sistema estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); política se encontra pendente de finalização/aprovação há alguns anos</li> </ul>
<b>Governança multiatores</b>	🟡	<ul style="list-style-type: none"> <li>Múltiplos fóruns estaduais multiatores operando como órgãos de governança legal</li> <li>CONSEPA – órgão consultivo para decisões de política ambiental – inclui representantes de governos federais e estaduais, ONGs, setores privados e produtivos</li> </ul>
<b>Agropecuária sustentável</b>	🟡	<ul style="list-style-type: none"> <li>PDES estabelece implementação estadual do Plano Nacional de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) até 2020</li> <li>Falta de políticas para lidar com os principais motores de desmatamento</li> </ul>
<b>Povos Indígenas e comunidades locais</b>	🟡	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa capacidade de aplicação/fiscalização do cumprimento de políticas ameaça direitos dos Povos Indígenas</li> <li>Programa de Coordenadoria dos Povos Indígenas (COPIR), órgão oficial de governança do estado, incorpora as perspectivas dos Povos Indígenas na formulação de políticas</li> </ul>
<b>Financiamento do DRBE</b>	🟡	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento inadequado do governo federal no apoio às atividades lideradas pelo estado</li> <li>Cumprimento do Código Florestal fomentará o envolvimento com o governo federal para o desenvolvimento de mecanismos de PSA</li> </ul>

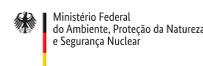
**CITAÇÃO** | T. Bezerra e O. David. 2018. “Rondônia, Brasil” em C. Stickler et al. (Eds.), *O Estado de Sustentabilidade Jurisdicional*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

**REFERÊNCIAS COMPLETAS E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM** [www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability](http://www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability) 2020/04/13

EQUIPE TÉCNICA



COM O APOIO DO



com base em uma decisão do Parlamento Alemão

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES

### DESAFIOS

- Baixos níveis de educação e fatores culturais (ex.: coivara (corte e queima) e resistência à mudança de práticas) → baixa compreensão dos benefícios da redução do desmatamento
- Prioridades conflitantes dentro do governo estadual atrasaram a implementação de políticas (ex.: PGSA)
- Recursos insuficientes para fazer cumprir as políticas ambientais
- Produtores e setor privado poderiam estar mais engajados na agenda ambiental estadual
- Aumento necessário do investimento em tecnologia para promover mudanças sustentáveis no setor agrícola

### OPORTUNIDADES

- A implementação estadual do programa ABC aumentará o envolvimento do governo com os produtores de gado e o acesso de produtores ao crédito para práticas sustentáveis
- Aprovação e implementação da atualização do ZEE suportarão um melhor gerenciamento e fiscalização do uso da terra, bem como o desenvolvimento de sistemas de PSA
- A possível de melhoria na implementação de políticas e programas existentes, dependerá dos resultados das eleições estaduais em 2018